

A

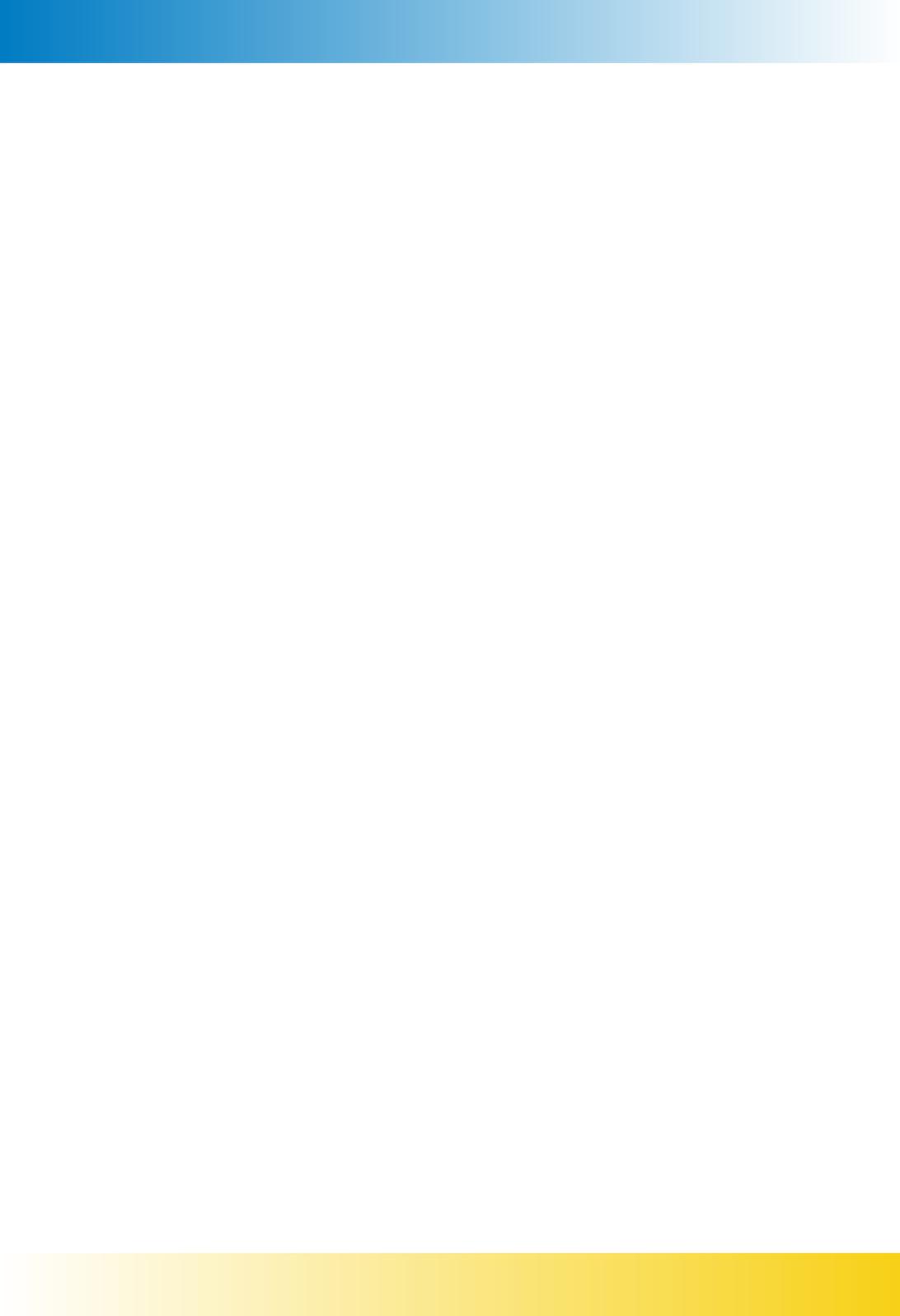
T

R A C I A L

A

S

2004



ATLAS RACIAL BRASILEIRO

O QUE É O ATLAS RACIAL BRASILEIRO

O ATLAS RACIAL BRASILEIRO é um banco de dados eletrônico, que reúne a mais ampla série histórica de indicadores sociais desagregados por raça/cor já produzida no Brasil. O mérito dessa iniciativa reside em dar visibilidade e tornar acessíveis informações que, apesar de se originarem de bases públicas de dados, permaneciam fora do alcance geral.

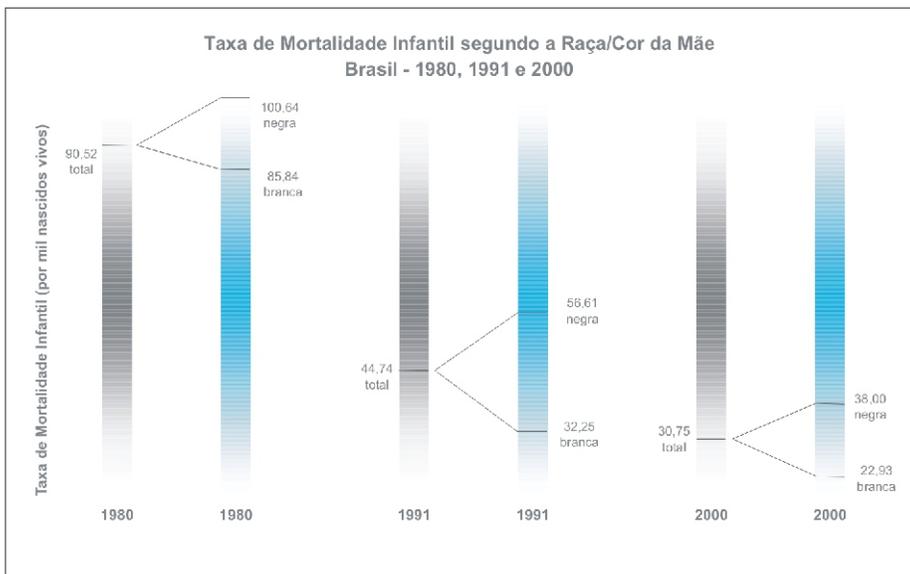
A democratização do acesso a esses dados para a sociedade, para a academia, para formuladores de políticas, para tomadores de decisão e para os três níveis de governo, é fundamental para que se conheça, de forma detalhada, o retrato da realidade das populações negra e branca do Brasil. Sem esse retrato, não é possível desenhar políticas públicas para reduzir as desigualdades raciais brasileiras.

O ATLAS RACIAL BRASILEIRO disponibiliza mais de cem indicadores sociais abertos por raça/cor, para o Brasil e, sempre que possível, desagregados por sexo, e para as grandes regiões e as unidades da federação (UFs).

Estes indicadores foram elaborados com base nos microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) dos anos de 1982 e de 1986 a 2003, todos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil (PSFNe), de 1991, e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), de 1996, ambas realizadas pela Macro International Inc. e pela Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM).

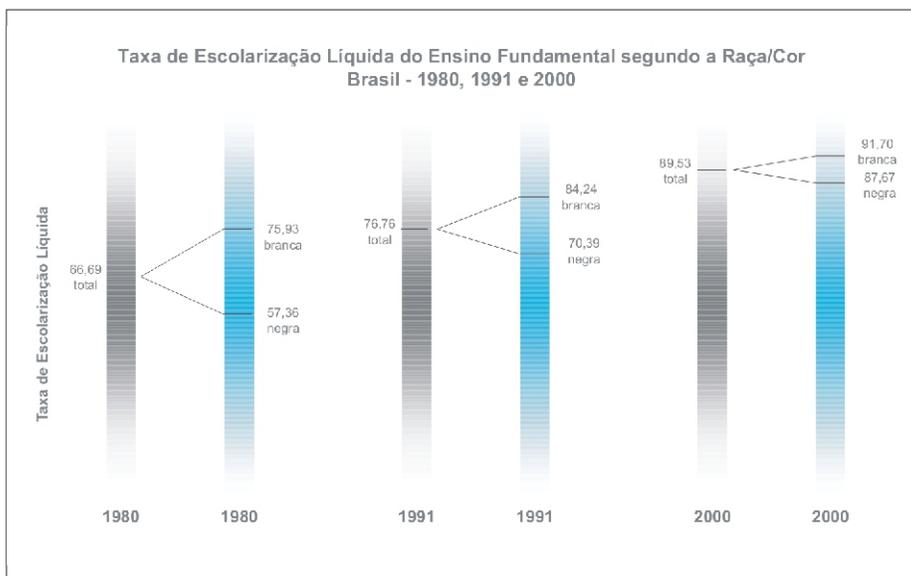
Os indicadores estão divididos em sete blocos temáticos:

- (1) Demografia
- (2) Saúde - condições e acesso a serviços
- (3) Saúde reprodutiva
- (4) Família e domicílio
- (5) Educação
- (6) Trabalho e renda
- (7) Cobertura trabalhista e previdenciária



O sistema que dá acesso ao ATLAS RACIAL BRASILEIRO é o DevInfo, um programa computacional da Organização das Nações Unidas (ONU), desenvolvido com base no software ChildInfo, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). De fácil utilização, o ATLAS permite que seus usuários(as) criem seus próprios instrumentos de análise, como tabelas, gráficos e mapas.

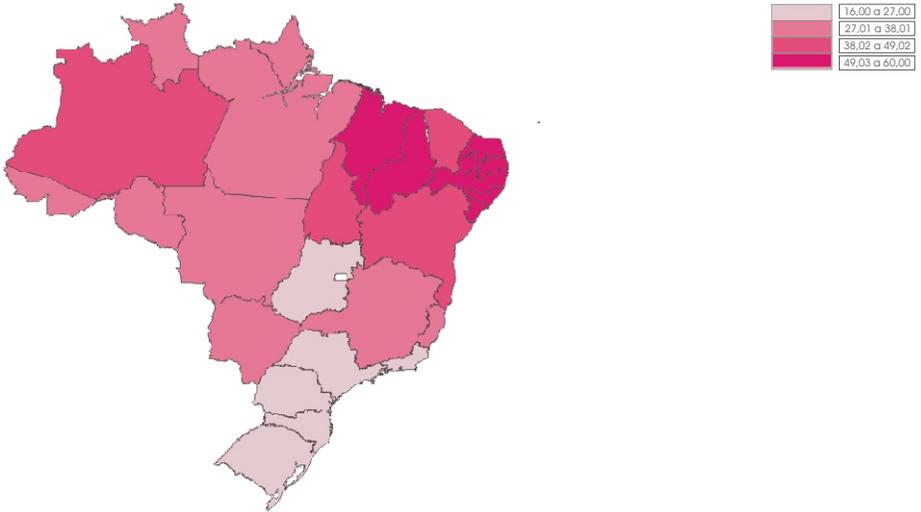
Os resultados podem ser impressos ou exportados para outros programas, tais como planilhas eletrônicas. Acompanham o ATLAS um anexo metodológico, com informações a respeito de cada um dos indicadores, e o manual do DevInfo.



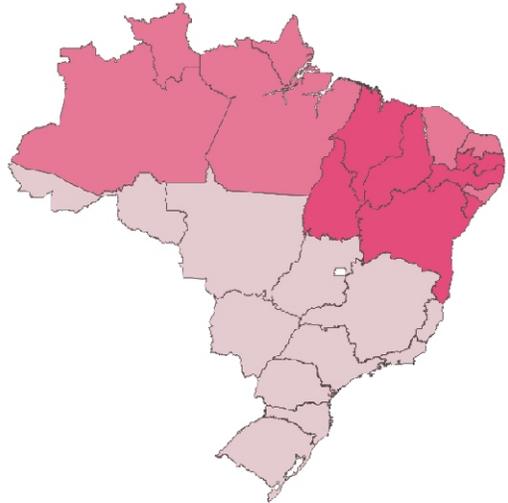
Nota: a Taxa de Escolarização Líquida mostra quem está frequentando a série escolar correspondente à sua idade.

O ATLAS RACIAL BRASILEIRO é resultado de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Taxa de mortalidade infantil ‰ Negros



Taxa de mortalidade infantil ‰ Branços



(‰) Número de crianças que morrem, para cada mil que nascem vivas
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

USOS POSSÍVEIS PARA O **ATLAS RACIAL BRASILEIRO**

O ATLAS é uma ferramenta de múltiplos usos para públicos variados. Ele pode ser usado por administradores públicos para planejar e eleger prioridades orçamentárias, por pesquisadores para realizar estudos em profundidade sobre as desigualdades raciais existentes no Brasil, por organizações não-governamentais para definir prioridades em suas ações, por jornalistas para fazer um acompanhamento acurado de políticas públicas, e pela sociedade civil para avaliações de interesse público. No caso de gestores do setor público, o ATLAS é um instrumento útil nas três esferas de governo.

A democratização do acesso à mais ampla base de dados sobre a questão racial já feita no Brasil irá possibilitar um salto de qualidade no monitoramento e nas análises feitas pela academia, pela sociedade civil e por planejadores, viabilizando uma nova geração de leis e políticas públicas, que permitam promover a igualdade racial no país.

O ATLAS RACIAL BRASILEIRO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

A ONU realizou, em setembro de 2000, a Cúpula do Milênio, durante a qual chefes de estado ou de governo de 189 países subscreveram a Declaração do Milênio, um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo: os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM).

Os oito Objetivos resultantes da Cúpula do Milênio são:

- Erradicar a extrema pobreza e a fome
- Atingir o ensino básico universal
- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- Reduzir a mortalidade infantil
- Melhorar a saúde materna
- Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
- Garantir a sustentabilidade ambiental
- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Dados estes oito Objetivos internacionais comuns, 18 metas e mais de 40 indicadores foram definidos, para possibilitar uma avaliação uniforme dos ODM, nos níveis global, regional e nacional. As metas definidas devem ser atingidas, em sua maioria, num período de 25 anos (entre 1990 e 2015).

Os ODM derivam do ciclo de Conferências promovido pela ONU no final do milênio passado, com participação decisiva tanto dos governos nacionais, quanto das sociedades civis que se fizeram presentes durante este ciclo. E as metas relacionadas aos ODM, como reduzir a pobreza pela metade, por exemplo, foram estabelecidas a partir do legado que a geração anterior à nossa nos deixou.

Após a realização da Cúpula do Milênio, a cidade de Durban, na África do Sul, abrigou, em 2001, a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, também sob os auspícios da ONU. Nesta Conferência, novos compromissos foram assumidos pela comunidade das nações, relativos aos direitos daqueles grupos sociais que sofrem com o racismo e outras formas de discriminação.

O acompanhamento dos ODM deve considerar especificidades nacionais. Por isso, cada país deve valer-se de suas capacidades para monitorar a consecução dos mesmos.

O ATLAS RACIAL BRASILEIRO traz uma contribuição ímpar, para que o Brasil “tropicalize” os ODM, adequando-os à realidade do país, e incorporando a Agenda de Durban aos Objetivos do Milênio. Pois, os dados contidos no ATLAS mostram que os pobres e os negros estão em pior situação social e, em vista da alta superposição desses dois grupos, somente dados desagregados como os do ATLAS permitem determinar até que ponto é a pobreza ou a raça que provoca a desvantagem. Estes dados revelam que a desigualdade e a pobreza existentes no Brasil vão além razões exclusivamente socioeconômicas, eles demonstram que a democracia racial brasileira é uma ilusão, um mito que não se sustenta.

EQUIPE TÉCNICA

Supervisão do Projeto

José Carlos Libânio (PNUD)

Supervisão Técnica

José Alberto Magno de Carvalho (CEDEPLAR)

Coordenação Técnica

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Paula Miranda-Ribeiro

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR

José Alberto Magno de Carvalho

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Paula Miranda-Ribeiro

Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto

Ignez Helena Oliva Perpétuo

Ana Flávia Machado

Moema Gonçalves Bueno Fígoli

André Junqueira Caetano

Éber Gonçalves (assistente)

Cláudia Júlia Guimarães Horta (assistente)

Vânia Cândida da Silva (assistente)

Anderson Gomes Resende (estagiário)

Cristina Gonçalves Rodrigues (estagiária)

Harley Silva (estagiário)

Jaqueline Maria de Oliveira (estagiária)

João Prates Romero (estagiário)

Laudiemy Rodrigues Martins (estagiária)

Paulo Henrique Bese Lobato (estagiário)

Rachel de Andrade Antonialli (estagiária)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

José Carlos Libânio (Coordenador)

Diva Moreira

Narue Paulilo Shiki

Yolanda Polo

Karla Parra Corrêa

Fausto dos Anjos Alvim

Denise Carvalho Kipman

Diana Karla Fonseca da Costa

Cedric Wamba (estagiário)

Cammilla Horta Gomes (estagiária)

Rafael Martins Ferrari (estagiário)

André Mourão (estagiário)

Agradecimentos

Roberto Borges Martins

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDG)

INICIATIVA DO PROJETO

Instituições Participantes

PNUD

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**Representante Residente do PNUD
e Coordenador do Sistema das Nações Unidas no Brasil**
Carlos Lopes

Representante Residente Adjunto do PNUD
Lucien Muñoz

CEDEPLAR

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora da UFMG
Ana Lúcia Almeida Gazzola

Diretor do CEDEPLAR
José Alberto Magno de Carvalho



Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento.

U F M G



Cedeplar

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Universidade Federal de Minas Gerais

Informações
www.pnud.org.br
www.cedeplar.ufmg.br